candidatos para a função, utilizando a seguinte fórmula classificativa: *Favorável preferencialmente, Favorável* e *Com reservas;*

f) Avaliação curricular (*AC*) — visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

7.1 — Os métodos de selecção, com excepção da entrevista individual e da avaliação curricular, são eliminatórios de per si.

8 — Classificação e ordenação dos candidatos — o ordenamento final resulta da classificação obtida, por ordem decrescente, calculada até às milésimas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF=[(PAF+PAP+PMS+AC)/4+EI]$$

em que:

CF=classificação final;
PAF=prova de aptidão física;
PAP=prova de aptidão psicológica;
PMS=prova médica de selecção;
AC=avaliação curricular (média final de curso);
EI=entrevista individual.

9 — A convocação dos candidatos para as provas é feita por carta, onde constarão o dia, a hora e o local das mesmas e as demais indicações consideradas necessárias.

10 — Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para a realização das provas são da responsabilidade do Exército.

11 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento elaborado nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro (Código do Procedimento Administrativo), dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército [modelo disponível em http://www.exercito.pt/ (campo «Recrutamento»)].

11.1 — Documentos que devem acompanhar o requerimento:

a) Formulário de candidatura, disponível em http://www.exercito.pt/ (campo «Recrutamento»);
b) Fotocópia simples do bilhete de identidade;
c) Fotocópia simples do cartão de contribuinte;
d) Certificado, autêntico, autenticado ou fotocópia simples, das habilitações literárias exigidas, conforme o previsto no n.º 6, alínea *b*) deste aviso de abertura, sem prejuízo da possibilidade de exigência da posterior exibição de original ou documento autenticado para conferência;
e) Certificado do registo criminal actualizado;
f) Microrradiografia ou raio X ao tórax tirado nos 60 dias anteriores à data de encerramento do concurso;
g) Fotocópia da cédula militar (os candidatos do sexo feminino não recenseados deverão efectuar o respectivo recenseamento militar junto dos centros de recrutamento ou gabinetes de atendimento);
h) Outros documentos comprovativos das habilitações literárias ou técnico-profissionais, nomeadamente no domínio de línguas estrangeiras (facultativo).

11.2 — Em tudo o que não estiver previsto no presente aviso é aplicado o constante na Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar), e no Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar).

11.3 — Entrega de documentos — os processos de candidatura deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos por correio, registado, com aviso de recepção (desde que expedidos até ao termo do prazo de candidatura), para a Direcção de Obtenção de Recursos Humanos, Avenida de França, 235, 2.º, 4050-278 Porto.

12 — São excluídos do concurso os candidatos que não efectuarem a entrega da totalidade dos documentos até ao final do prazo do presente concurso.

13 — Os candidatos admitidos serão incorporados em 12 de Fevereiro de 2007, com o posto de soldado instruendo e frequentarão o curso de formação de sargentos, sendo graduados em segundo-furriel após um período de cinco semanas e promovidos ao mesmo posto, concluída a restante instrução militar com aproveitamento.

14 — Composição do júri:

Presidente — Director de Obtenção de Recursos Humanos.
Vogais efectivos:

Chefe da Repartição de Estudos, Planeamento e Orçamento.
Chefe da Repartição de Recrutamento.

Vogais suplentes:

Adjunto da Repartição de Recrutamento.
Adjunto da Repartição de Estudos, Planeamento e Orçamento.

15 — A lista de classificação final será divulgada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho (regime geral de recrutamento e selecção de pessoal, concursos) e poderá ser consultada na Direcção de Obtenção de Recursos Humanos.

16 — Os interessados poderão obter os esclarecimentos que necessitarem através da Linha Verde do Exército — 800201274;
recrutamento@mail.exercito.pt, e nos centros de recrutamento e gabinetes de atendimento seguintes:

Braga — Rua de Bernardo Sequeira, 247, 4700-358 Braga (telefone 253262697);
Bragança — Rua de Abílio Beça, 16, 5300-011 Bragança (telefone 273328378);
Castelo Branco — Largo de Santo António, 6000-289 Castelo Branco (telefone 272341429);
Chaves — Avenida dos Bombeiros Voluntários, 5400-121 Chaves (telefone 276348279);
Coimbra — Largo de Santana, 3000-360 Coimbra (telefone 239406752);
Évora — Largo de São Domingos, 7000-519 Évora (telefone 266702469);
Faro — Rua de Vasco da Gama, 56, 8004-007 Faro (telefone 289822293);
Funchal — Rua da Carreira, 155, apartado 228, 9001-903 Funchal (telefone 291222124);
Lisboa — Avenida de Berna, 26, rés-do-chão e 1.º, 1050-041 Lisboa (telefone 217952789);
Ponta Delgada — Campo Militar de São Gonçalo, 0504-537 Ponta Delgada (telefone 296653000);
Porto — Avenida de França, 235, 5.º, 4050-278 Porto (telefone 228319683);
Vila Real — Avenida do 1.º de Maio, 5000-651 Vila Real (telefone 259322973);
Viseu — Rua Direita, 3504-503 Viseu (telefone 232431285).

3 de Novembro de 2006. — O Director, *Hugo Eugénio dos Reis Borges,* MGEN.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 590/2006

Considerando, de harmonia com o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de Junho, a lista de candidaturas a juízes sociais anexa, votada pela Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e remetida ao Conselho Superior da Magistratura, determina-se:

São nomeados, nos termos dos artigos 21.º, n.º 1, 22.º (*ex vi* do artigo 38.º) e 37.º do decreto-lei acima mencionado, os juízes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

25 de Outubro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para intervir nas causas da competência do Tribunal de Menores da Comarca de Ferreira do Alentejo

Efectivos:

Mário Renato Pereira Calhau.
Maria Teresa Soares Faias Martins.
António Eduardo Valente Messias.
António Manuel Cardador Lança.
Francisco José Mira Simão.
Odete Rocha Bertão Lança Pancada.
Milena Paula Nunes Faustino da Silva.
Juvenália Isabel Guerreiro Salgado.
José Mariano Borrego Atabão.
João Ladislau Valente Romão.
Maria Teresa da Silva Fernandes Guerreiro.
Mariana Rosa Rocha Casado.
Romana Maria Martins Parreira Romão.
Sérgio Mauro Branco de Oliveira Dinis.
Rui Manuel Oliveira.

Suplentes:

Susana Isabel Mira Rocha.
Hélia de Jesus Mira Rocha.
Rui Edgar Ferreira da Costa.
Olímpio José Fialho Raposo.
Jacinto Alberto Raposo Pinção.

Domingos Martins Francisco.
Maria Dulce Dinis Costa.
Maria José Cabral Gamito Costa.
Sílvia Cláudia Abel Guerreiro.
Maria do Rosário Caixeirinho Baião.
Elisabete da Conceição Raposo Inácio.
Maria Rosa M. C. Lopes.
Maria José Beringel Montes dos Anjos Esteves.
Ana Cristina Lopes Anselmo Baião Custódio.
Maria João Mendes Porta-Nova.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Aviso n.º 12 353/2006

Faz-se público que a partir desta data deixam de ser objecto de publicação no *Diário da República,* 2.ª série, os despachos de remuneração por acumulação de funções dos magistrados judiciais e do Ministério Público, passando os mesmo a ser publicados no *site* oficial do Ministério da Justiça (www.mj.gov.pt).

20 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*

Secretaria-Geral

Declaração n.º 160/2006

Por ter sido publicado em duplicado, fica sem efeito o aviso n.º 11 653/2006, inserto no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 210, de 31 de Outubro de 2006.

2 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Rectificação n.º 1733/2006

O despacho (extracto) n.º 20 205/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 192, de 4 de Outubro de 2006, relativo à transferência de Maria de Lurdes Chamusca Fernandes para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, saiu com inexactidão, pelo que se procede à sua rectificação. Assim, onde se lê «escalão 4, índice 650», deve ler-se «escalão 1, índice 510».

2 de Novembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extracto) n.º 12 354/2006

Movimento dos oficiais de justiça de Junho de 2006

A seguir se publica a lista do movimento dos oficiais de justiça referente ao mês de Junho de 2006, aprovado por meu despacho de 31 de Outubro de 2006, por delegação de competências (*Diário da República,* 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006):

Número: 12584; Alberto José Nobre Pregueiro.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Lisboa, Cíveis, 7.º e 8.º Juízos.
Exerce funções: Lisboa, Administrativo e Fiscal, como secretário de justiça em requisição.
Número ord.: 192/03; antig.: 5 anos, 3 meses e 24 dias; cl. serv.: *Bom com distinção.*
Provimento: transferência.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Lisboa, Administrativo e Fiscal.

Observação. — Cessa requisição.

Número: 18793; Jaime Fontoura de Bastos.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Aveiro, Trabalho.
Exerce funções: Porto, Peq. Instância Cível, como secretário de justiça em requisição.
Número ord.: 220/03; antig.: 4 anos, 3 meses e 21 dias; cl. serv.: *Bom.*
Provimento: transferência.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Porto, Peq. Instância Cível.

Observação. — Cessa requisição.

Número: 20633; António José da Silva Marinho.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Mondim de Basto.
Número ord.: 346/03; antig.: 11 meses e 29 dias; cl. serv.: *Bom.*
Provimento: transferência.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Aveiro, Trabalho.

Número: 20372; Helena Maria Simões Morais.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Águeda, Trabalho.
Número ord.: 273/03; antig.: 11 meses e 29 dias; cl. serv.: s/ cl.
Provimento: transferência.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Aveiro, M. Público.

Número: 22394; Ângelo Manuel Viana da Silva.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Aveiro, M. Público.
Número ord.: 349/03; antig.: 7 meses e 17 dias; cl. serv.: s/ cl.
Provimento: transferência.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Oliveira de Azeméis, Trabalho.

Número: 17848; Luís Rodrigues Diogo.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Lisboa, Trabalho, 2.º Juízo, 3.ª Secção.
Número ord.: 168/03; antig.: 11 anos e 8 meses; cl. serv.: *Muito bom.*
Provimento: nomeação interina.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Setúbal, M. Público.

Observação. — Com declaração de vacatura de lugar.

Número: 12187; Emanuel Norberto da Silva Basílio.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Funchal, Vara, 1.ª Mista, 1.ª Secção.
Número ord.: 182/03; antig.: 11 anos, 3 meses e 20 dias; cl. serv.: *Muito bom.*
Provimento: nomeação interina.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Ponta do Sol.

Observação. — Com declaração de vacatura de lugar.

Número: 19571; Armando Freitas Ferreira Pinto.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Anadia, 2.º Juízo, 1.ª Secção.
Número ord.: 430/03; antig.: 5 anos, 11 meses e 22 dias; cl. serv.: *Muito bom.*
Provimento: nomeação interina.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Águeda, Trabalho.

Observação. — Com declaração de vacatura de lugar.

Número: 15282; Jorge Rui da Cunha Freitas.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Chaves, 1.º Juízo, 1.ª Secção.
Exerce funções: Boticas, como escrivão de direito em destacamento.
Número ord.: 391/03; antig.: 6 anos, 3 meses e 29 dias; cl. serv.: *Bom com distinção.*
Provimento: nomeação interina.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Boticas.

Observação. — Com declaração de vacatura de lugar/cessa destacamento.

Número: 22485; Gilberto Ferreira da Costa.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: Montalegre, 1.º Juízo, 1.ª Secção.
Número ord.: 515/03; antig.: 4 anos, 3 meses e 21 dias; cl. serv.: *Bom com distinção.*
Provimento: nomeação interina.
Categoria: secretário de justiça.
Tribunal: Mondim de Basto.

Observação. — Com declaração de vacatura de lugar.

Número: 20285; Maria da Luz Reis Braz de Silva Lourenço do Prado.
Categoria: escrivão de direito.
Tribunal: tribunal não atribuído.
Exerce funções: Lisboa, Secretaria-Geral, Varas Cíveis/J. Cíveis/P. Inst. Crim., como escrivão de direito em afectação.
Número ord.: 983/03; antig.: 1 ano, 3 meses e 21 dias; cl. serv.: *Bom com distinção.*